TRAIÇÃO

Uma análise crítica da Cultura do Estupro em subculturas anarquistas

2013

Conteúdo

DISCLAIMER 4

SILENCIANDO A LUTA 7

DESENCADEANDO A REPRESSÃO 8

SE VOCÊ NÃO PODE VENCER 10

MAÇÃS RUINS 13

GUERRA À CULTURA 14

A IMAGEM DA COMUNIDADE 16

Resumo: *Traição - uma análise crítica da cultura do estupro nas subculturas anarquistas* analisa as formas como o estupro ocorre, é falado e tratado nas subculturas anarquistas. Ele analisa como anarquistas muitas vezes procuram "silenciar" a discussão sobre estupro limitando-a e/ou impedindo-a e como aqueles que assumem o risco de falar sobre estupro são frequentemente atacados e condenados ao ostracismo. Há também uma crítica aos "processos de responsabilização" e como eles são frequentemente aplicados. *Betrayal* é um zine muito crítico, com certeza, mas oferece muito para aqueles que desejam seguir em novas direções.

DISCLAIMER

Cansamos de disclaimers. Ressentimo-nos de ter que pedir desculpas e justificar nossas palavras antes mesmo de pronunciá-las. Nos é angustiante ver o que se tornaram as discussões especializadas sobre estupro, agressão sexual e abuso. Nos sentimos insultades e envergonhades por termos que apontar constantemente que não estamos falando em nome de todes sobreviventes, como se isso fosse possível. Claro, apreciamos um aviso de gatilho bem colocado. É boa etiqueta. Mas quando tentativas fanáticas de evitar provocar uns aos outros servem como ferramentas para relegar as discussões sobre violência interpessoal à margem, para embrulhar o assunto em uma caixinha arrumada que só é trazida à tona em ocasiões especiais, quando uma ilusão de "segurança" pode ser garantida, bem. . . então começamos a sentir raiva. Se apenas falarmos de nossa opressão da posição de segurança, ficaremos em silêncio para sempre. Se não pudermos aprender a trabalhar recebendo alertas entre amigos e camaradas, estaremos mal equipades para trabalhar na ausência deles. Uma atmosfera de nervosismo permeia a discussão, e nós consultamos especialistas em parte por medo de dizer a coisa errada. Mas tudo o que estamos falando são nossas próprias experiências, um assunto no qual somos todes especialistas. Portanto, ansiamos pelo dia em que não precisaremos nos colocar sob disclaimers ou qualquer outra bandeira.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que ainda não chegamos lá. Esses tópicos ainda são tão carregados, e o suporte disponível ainda é tão escasso, que nossas palavras têm um tremendo potencial para causar danos. Portanto, enquanto isso, devemos ter cuidado ao falar, para não nos tornarmos aliades inadvertides das forças às quais pretendemos nos opor. Pensando nisso, oferecemos alguns esclarecimentos antes de começar...

Algumes autores deste artigo são sobreviventes, outres estão refletindo sobre seu próprio papel como pessoas que foram abusivas no passado, mas todas compartilham um compromisso de luta contra a Cultura do Estupro. Quando dizemos "nós", não nos referimos a "sobreviventes", nem mesmo às autoras, mas a todes que concordam com a afirmação feita, e talvez de forma mais ampla, a todes os que se veem como parte desta luta. Certamente existem sobreviventes cujas experiências aparentemente contradizem os argumentos apresentados aqui. Mas é claro que os exemplos citados ao longo deste texto não pretendem ser exaustivos ou abrangentes. Não vemos nossas próprias experiências como exemplares das experiências de todes sobreviventes, ou mesmo da maioria de sobreviventes. Eles, no entanto, fornecem exemplos de como a cultura do estupro se materializou em nossas próprias vidas.

Seríamos criticades com razão por nos concentrarmos tão fortemente no meio anarquista, com o qual obviamente a maioria de sobreviventes não se identifica. Mas vimos pouca utilidade em tentar nos estender além de nossas próprias experiências na esperança de nos tornarmos mais "relevantes". Também é nossa esperança que uma análise anarquista do poder e da luta forneça uma estrutura útil para desconstruir o funcionamento da Cultura do Estupro e talvez possa fornecer uma visão mesmo para aqueles que não estão familiarizades com a subcultura anarquista. Acreditamos que a dinâmica que descrevemos terá eco também em outros ambientes.

Lendo isso, você também notará que optamos por usar uma linguagem neutra em termos de gênero[1]. É claro que a maioria de sobreviventes são mulheres ou pessoas que não se conformam com as identidades de gênero patriarcais, enquanto a maioria dos perpetradores são homens cisgênero. A neutralidade de nossa linguagem obscurece a natureza sistêmica não apenas disso, mas também da maneira como a violência interpessoal tem sido consistentemente uma ferramenta de invasão colonial, ocupação imperialista e manutenção da supremacia branca. Ela obscurece a maneira pela qual a organização contra a violência interpessoal foi historicamente cooptada por feministas brancas de classe média, deixando mulheres de cor, mulheres pobres, queer e pessoas trans com menos acesso a recursos de apoio. Não foi nossa intenção despolitizar a natureza da violência interpessoal com uma linguagem neutra de gênero (certamente, quando se trata de gênero, não somos neutres!). Mas tendo dito isso, também queríamos reconhecer que pessoas de todas as identidades, de todas as esferas da vida, podem ser sobreviventes ou

perpetradores, ou até mesmo os dois ao mesmo tempo. Não queríamos que aqueles cujas experiências não se encaixassem perfeitamente em binários opressivos se encontrassem ainda mais marginalizados aqui.

Finalmente, oferecemos algumas definições, não para que possamos ditar como essas palavras devem ser usadas, mas para que se entenda como seu uso foi pretendido aqui:

Cultura do Estupro - Uma cultura que busca desculpar, tolerar, normalizar e encorajar a violência interpessoal.

Violência Interpessoal - Um termo abrangente comumente usado para descrever diferentes formas de violência infligidas em uma base interpessoal, mas que têm suas raízes em sistemas expansivos de poder. Estupro, agressão sexual, assédio sexual, bem como abuso sexual, físico e emocional nos relacionamentos são exemplos de violência interpessoal.

Sobrevivente - Uma pessoa que experimentou ou está sofrendo violência interpessoal, conforme definido por ela mesma.

Perpetrador - Uma pessoa que infligiu violência interpessoal a outra pessoa ou pessoas, conforme definido pela(s) sobrevivente(s).

Autonomia de Sobrevivente - O fundamento teórico sobre o qual se baseia o trabalho de apoio mais radical. A autonomia de sobrevivente é o conceito de que ume sobrevivente deve ter o poder e a autonomia para decidir por si mesme como lidar com seu próprio trauma, e que o papel des apoiadores é capacitar e encorajar essa autonomia. Isso contrasta com outras abordagens que não veem sobreviventes como tendo a melhor compreensão de suas próprias necessidades nem reconhecem as necessidades de cada sobrevivente como verdadeiramente únicas e diferentes, mas, em vez disso, procuram impor a maneira "adequada" de curar.

Defensores - Aquelus que, por ação ou omissão, buscam defender o poder do(s) perpetrador(es) e/ou o desempoderamento de sobreviventes, reproduzindo assim a Cultura do Estupro.

Processo de responsabilidade - Um processo através do qual um perpetrador tenta ser responsável perante as pessoas que feriu e se envolve em auto-reflexão com o objetivo final de fazer mudanças de comportamento a longo prazo.

Parece que em todo o meio anarquista, onde quer que você olhe, há uma comunidade sendo devastada por estupro, agressão sexual e abuso. Esses ciclos não são novos nem exclusivos de anarquistas. À primeira vista, parece surpreendente que nossas comunidades se encontrem tão vulneráveis quanto qualquer outra à violência interpessoal. Afinal, não partimos do ponto de oposição à dominação, sem a qual a violência interpessoal não existiria? E, no entanto, a única coisa que une essas comunidades, uma suposta política compartilhada ou análise política, é muitas vezes o ponto mais fraco nas respostas anarquistas à violência interpessoal. Apesar de ser uma comunidade de natureza explicitamente política, anarquistas frequentemente despolitizam a violência interpessoal e a separam de suas raízes no poder sistêmico. Por exemplo, a necessidade de boas práticas de consentimento se confunde com a crença de que informar as pessoas sobre o consentimento transformará nossas comunidades, como se o estupro fosse resultado de ignorância e desinformação, e não de estruturas de poder profundamente arraigadas. As estratégias que anarquistas adotaram, como o processo de responsabilização, muitas vezes falham em lidar com a violência interpessoal em nosso meio.

O aparente fracasso do processo de responsabilização como transformador de nossas comunidades geralmente é visto fora do contexto desse fracasso, sem examinar as forças sociais mais amplas que contribuíram para isso. Esse descuido é resultado do processo de responsabilização e também um precursor dele. O processo de responsabilização restringe nosso foco; tanto nos confronta com sistemas expansivos de poder, quanto nos assegura que lidar com instâncias individuais irá desconstruí-los. Falamos de patriarcado, colonialismo, heterossexismo, mas lidamos apenas com um perpetrador. Em nossas conversas casuais, concordamos que "o poder não concede nada sem a ameaça da força", mas nossas tentativas de responsabilização geralmente assumem a forma de persuasão moral, contando com noções liberais de escolha. Como se nossas escolhas fossem mais do que uma reação calculada às condições materiais em que nos encontramos. É claro que um perpetrador escolhe perseguir ou rejeitar a responsabilidade, mas o que torna essa escolha possível? Que condições promoveram sua noção de direito sobre outra pessoa? São essas condições que, quando vistas do terreno da luta, devem ser reconhecidas como o que são: território inimigo. É a partir dessa percepção que podemos lançar nosso ataque.

A insistência de que a violência interpessoal é perpetuada por mais do que apenas os perpetradores reais não tem como objetivo afastar a responsabilidade desses perpetradores. Pelo contrário, é um reconhecimento dos muitos fatores que os autorizam a fugir da responsabilidade. Assim como o yuppie suburbano requer um vasto e complexo sistema social para mascarar as consequências negativas de seu estilo de vida destrutivo, um perpetrador que se recusa a assumir responsabilidade geralmente é capacitado por uma rede social semelhante. Essas redes não são compostas apenas por aqueles que defendem explicitamente um perpetrador, mas por todos aqueles que garantem que o equilíbrio de poder permaneça a seu favor. O que isso parece em termos práticos varia. Silenciamento, repressão, recuperação ou, na maioria das vezes, a combinações de vários desses métodos, são usados contra sobreviventes e sua luta. O fator determinante sempre será o que mais reproduz a Cultura do Estupro.

SILENCIANDO A LUTA

”No final, não serão as palavras de nossos inimigos que nos lembraremos, mas do silêncio de nossos amigos.”

O termo ”silenciar” foi popularizado em nossas comunidades, mas apenas com uma definição limitada. Chamar uma pessoa sobrevivente de mentirosa, conjurar suas experiências sexuais, desvios ou vestimentas para transferir a culpa, ou insinuar de outra forma que estavam ”pedindo por isso”, são comportamentos que a maioria dos anarquistas desaprovaria, embora raramente se preocupem em confrontá-los. Essa hipocrisia aponta para um problema maior, revelado por um olhar mais atento à nossa concepção do que é ”silenciar”. Os exemplos mencionados acima se aplicam apenas a sobreviventes que denunciaram seu perpetrador ou falaram abertamente sobre suas experiências. Mas é claro que muites sobreviventes nunca chegam tão longe.

Então, o que as silencia? São os outros membros do seu grupo de afinidade, que mantêm uma falsa separação entre a luta contra o Estado e a luta contra outros sistemas de Poder (especialmente aqueles de que beneficiam)? São colegas de quarto que nunca reconhecem dinâmicas fodidas por medo de ”engatilhar” alguém, como se uma oferta de apoio fosse maior gatilho do que o isolamento total? São as outras pessoas na plateia que descrevem a luta como mesquinha, muito pessoal ou mero ”drama”, como se ume sobrevivente que luta contra sua opressão estivesse apenas fazendo drama? É o colega do coletivo que lamenta não estar ”pronto” para oferecer apoio, enquanto continua pronto para sair com um perpetrador regularmente? É o conhecido que afirma não estar em posição de enfrentar um perpetrador porque nem mesmo são amigos, ou é o conhecido que afirma o mesmo porque é? São as pessoas que organizaram aquele evento, aquelas que dizem não saber nada sobre a situação, enquanto fazem tudo ao seu alcance para garantir que nunca saibam? É o companheiro de banda que afirma que pode ver ”ambos os lados”, ou evita completamente os lados, como se isso não fosse uma porra de uma guerra? Nós até vimos defensores de estupro esfregarem na cara da sobrevivente sua própria autonomia, alegando que não receberam instruções explícitas de ume sobrevivente, então é claro que eles não tiveram escolha a não ser manter uma amizade completamente acrítica com seu agressor! Talvez não seja o silêncio des sobreviventes, mas daqueles ao seu redor, que é verdadeiramente revelador. Sem ninguém para dizer o contrário, ume sobrevivente só pode presumir que receberá o mesmo tratamento que todes outres sobreviventes antes delas.

Se ampliarmos nossa definição do que é ”silenciar” para significar tudo o que trabalha para manter o silêncio, não estaremos apenas definindo alguns comentários grosseiramente insensíveis. Em vez disso, o que implicamos é a totalidade de nossa cultura.

Ok, e a responsabilidade? Abuso, agressão, total falta de responsabilidade; todos são negócios habituais no mundo como o conhecemos. Mas a normalidade é mais efetivamente mantida pela complacência das massas do que pela brutalidade de seus mestres. Embora a violência forneça a base sobre a qual a cultura do estupro se reproduz, ela também apresenta certos riscos; que a experiência compartilhada pode criar laços de solidariedade, que as linhas de conflito serão traçadas com mais clareza, que as pessoas vão revidar. O processo de normalização busca minar esses riscos tornando a violência invisível. Os defensores óbvios, os capangas que dizem ”vagabunda” como se fosse uma coisa ruim e pensam que o perpetrador é a vítima, não fazem mais para promover a normalização quanto seus cúmplices mais sutis, os que guardam completo silêncio sobre o assunto. Esses defensores mais sofisticados dividem espaço com o perpetrador; marcham ao lado deles nas manifestações e dançam ao lado deles nas festas, sem jamais pronunciar uma única palavra sobre a violência interpessoal. Quando forçados a falar sobre o assunto, suspiram e dizem ”é complicado...”. Eles podem até afirmar que estão enojados com a violência, mas que estão principalmente tristes porque você teve que interromper o evento para enfrentá-la. Eles lamentam: ”Se eu soubesse!”, enquanto mantêm suas cabeças plantadas propositadamente na areia.

DESENCADEANDO A REPRESSÃO

Essa conspiração de silenciamento busca não apenas acabar com a luta de sobreviventes antes mesmo de começar, mas também fornecer o pano de fundo para o que acontecerá com as poucas sobreviventes que se recusam a ser amordaçadas. Para ume sobrevivente, falar abertamente sobre suas experiências em tal clima só pode ser entendido como um ato de resistência e, como acontece com todos os atos de resistência, a repressão é um resultado provável. Essa repressão é mais matizada do que os cassetetes dos policiais ou as armas dos soldados, embora estes também tenham sido direcionados a sobreviventes. As forças repressivas são mais propensas a serem mental e emocionalmente devastadoras. Os agentes dessa repressão não são familiares por causa de uniformes ou distintivos, mas porque são nossos supostos camaradas e ex-amigos. Muites de nós temos costume de ver apenas a polícia nesse papel repressivo, e é claro que ela também tem seu papel a desempenhar na reprodução da Cultura do Estupro. Mas em nossas próprias comunidades radicais, o papel do Estado nessa reprodução parece pequeno. Afinal, não faz sentido o Estado gastar recursos enquanto tantos autodenominados anarquistas estão dispostos a fazer o trabalho de graça.

Aqueles que duvidam da brutalidade desse aparato repressivo interno provavelmente nunca estiveram no lado receptor. As "comunidades" que tantas vezes são procuradas com a expectativa de apoio são mais frequentemente mobilizadas contra sobreviventes em nome de seus perpetradores, em um contra-ataque impressionante. É difícil ilustrar adequadamente o que tantes sobreviventes tiveram de suportar nas mãos de seus supostos camaradas anarquistas. Chamar isso de campanha de difamação dificilmente faz justiça. É claro que falar, em geral, nunca abrangerá totalmente todas as complexidades das experiências de uma pessoa, mas há muitos padrões que podemos identificar dentro do meio anarquista, todos os quais reproduzem fielmente os padrões da cultura mais ampla.

Um exemplo flagrante é o assassinato de caráter da sobrevivente. Nenhum aspecto de sua vida é poupado do escrutínio, todos em busca de qualquer detalhe que possa ser usado contra elus. Esses detalhes, sejam eles genuínos ou forjados quando necessário, muitas vezes são usados para invalidar suas experiências de violência e valorizar o perpetrador. Poucos serão tão desajeitados a ponto de acusar descaradamente ume sobrevivente de mentir, embora haja mais anarquistas que se dispõem a fazer isso do que gostaríamos de admitir. Em vez disso, a maioria utilizará qualquer número de pequenas variações como forma de dizer a mesma coisa. Talvez ume sobrevivente não tenha dado indícios de abuso ao suportá-lo, talvez tenha consentido em certas atividades sexuais mas não todas, talvez tenha sentido a necessidade de revelar certas experiências e reter outras, talvez precisassem de tempo para processar seu trauma e apenas o revelassem gradualmente, talvez tivessem seus próprios problemas com poder ou limites. Poderíamos continuar, mas é claro que o importante não são os detalhes em si, mas como eles podem ser distorcidos, tirados do contexto ou usados para minar a credibilidade de ume sobrevivente. Histórias passadas, vícios, mecanismos de defesa, dívidas, inseguranças e até mesmo a identidade política de ume sobrevivente, tudo é liberado. Quando essa estratégia é bem-sucedida, sobreviventes são transformades em vilões e seus agressores são retratados como vítimas de mentiras e manipulação. Mas mesmo que o objetivo aparente de desacreditar ume sobrevivente aos olhos da comunidade falhe, o próprio processo pode ser eficaz em forçar sobreviventes a sair dessa comunidade. Saber que simplesmente entrar em um espaço anarquista significa que quase todo mundo lá discutiu longamente sua vida pessoal cria uma barreira tremenda, independentemente das conclusões que as pessoas possam ter chegado. Sobreviventes podem se sentir compelides a antecipar essa dinâmica, envolvendo seus críticos. Frequentemente, isso representa exigências de "provas ou detalhes de agressões ou abusos". A natureza retraumatizante desse processo é mais um ataque à sobrevivente, e normalmente aumenta o conflito ao invés de enfraquecê-lo.

À medida que as tensões crescem, elas começam a se espalhar para novas áreas. Partes anteriormente não envolvidas que podem nem mesmo conhecer a sobrevivente ou o perpetrador são apanhadas

no tumulto crescente e a organização é interrompida. É claro que, neste ponto, a normalização foi desmascarada, e o aparato repressivo não tem mais nada a perder por não se conter. Anarquistas que de outra forma desprezariam a política dos liberais agora se voltam para sua ideologia em busca de reforço. ”Essas divisões estão nos machucando!” eles choram. Claro, tais divisões nunca são atribuídas ao perpetrador ou suas ações, mas às sobreviventes por insistir que o trauma que elus experimentaram não pode ficar sem resposta. Elus são culpades por separar a comunidade e, finalmente, por minar ”a luta”. A importância deste último ponto não pode ser subestimada. As críticas anteriores da comunidade mais ampla, que sugeriam que ”a luta” apenas exclui sobreviventes e suas necessidades, agora são esclarecidas para revelar que, na verdade, essas lutas são diametralmente opostas. Para ser perfeitamente claro, os anarquistas que sentem que sua luta é prejudicada por sobreviventes estão de fato engajados em uma luta contra sobreviventes, eles são defensores ativos de uma Cultura do Estupro. Eles frequentemente comparam a luta de sobreviventes a uma ”caça às bruxas”, quando eles próprios compartilham mais com os carrascos do que com aquelas que queimam na fogueira.

Como mencionado anteriormente, se ume sobrevivente puder ser silenciade e suas experiências normalizadas em uma Cultura do Estupro, a repressão se tornará redundante. Segue-se que a falta de tal repressão direta, quando combinada com a falta de apoio aos sobreviventes e a falta de responsabilização dos perpetradores, não é indicativa da ausência da Cultura do Estupro, mas o oposto; revela uma Cultura do Estupro totalmente arraigada, como uma ocupação tão entrincheirada que torna os tanques e soldados desnecessários.

SE VOCÊ NÃO PODE VENCER

Como mencionado anteriormente, essas medidas repressivas podem, na verdade, dividir as fileiras dos defensores de estupro mais moderados, minando o front comum contra sobreviventes. Ao mesmo tempo, medidas repressivas são consideradas necessárias ao menos quando o processo usual de normalização é rompido. Isso aponta para uma das maiores contradições dentro da cultura do estupro: que a própria violência da qual ela depende para se reproduzir também revela sua verdadeira natureza para todos verem. Essa contradição é resolvida por forças de recuperação dentro das comunidades radicais que buscam cooptar o apoio a sobreviventes e redirecioná-lo contra elus. Muitos alegarão apoiar ume sobrevivente enquanto, na verdade, minam sua autonomia. Isso geralmente é feito limitando o possível escopo da resposta de ume sobrevivente para excluir qualquer coisa que possa perturbar ainda mais a paz social. Esses falsos apoiadores trabalham para manter a imagem de uma comunidade solidária e, no processo, impedem qualquer envolvimento verdadeiramente crítico com a comunidade. Suas ferramentas são a linguagem e as estruturas de organização que foram forjadas por sobreviventes e apoiadores, apropriadas com o propósito de desempoderamento e distorcidas para usurpar a luta de sobreviventes.

Inicialmente, foi necessária a criação de palavras e novos contextos para utilizá-las, pois não existia linguagem para sobreviventes sequer falarem sobre suas experiências. Infelizmente, as palavras são facilmente cooptadas e agora podemos ver as inevitáveis limitações de depender tanto delas. Antigamente, os radicais defendiam o uso da palavra ”perpetrador” como uma tentativa de contornar o estigma de palavras mais duras. A estrutura outrora predominante da Justiça Restaurativa enfatizava a capacidade de mudança de uma pessoa. ”Estuprador” ou ”abusador” dificilmente enfatizava esses valores, e muitos achavam que isso mantinha os estupradores e agressores presos a esses papéis, assim como referir-se a sobreviventes como ”vítimas” potencialmente as mantinha presas em um momento de subjugação, em vez de enfatizar sua força e perseverança. É claro que agora nos deparamos com uma nova onda de ativistas antiviolência, que lamentam a natureza estigmatizada da palavra perpetrador e defendem o termo ainda mais diluído ”pessoa que causa danos”. Talvez seja hora de perceber que, se a capacidade de mudança de um perpetrador não é amplamente reconhecida, isso é resultado de suas próprias ações, mais do que das palavras que usamos para descrevê-lo. Isso não quer dizer que não devemos escolher nossas palavras estrategicamente, ou que não devemos usá-las com forte intenção, mas apenas que nossa aparente obsessão com a linguagem tem sérias desvantagens. Na melhor das hipóteses, isso nos deixa presos em um loop sem fim para encontrar as palavras certas, em vez de abordar nossas deficiências mais significativas. Na pior das hipóteses, preserva as dinâmicas de poder da Cultura do Estupro, colocando a culpa em sobreviventes e apoiadores ao invés dos perpetradores e seus defensores.

Essa inversão bizarra, em que a recusa de responsabilidade do perpetrador é vista, pelo menos parcialmente, como resultado de falhas na reação da sobrevivente, é um padrão comum apreendido pelas forças de recuperação da cultura do estupro. Zines e panfletos listam estratégias para a responsabilização que procuram evitar que o perpetrador fique na defensiva, que talvez sejam melhor compreendidas como estratégias para a responsabilização que buscam acomodar a atitude defensiva do perpetrador. A única coisa que tal abordagem evita é o reconhecimento de que ser defensivo não é algo imposto a uma pessoa por outros, mas uma resposta reacionária que deve ser percebida e trabalhada para que qualquer responsabilidade genuína seja possível. Muitos usarão o termo defensivo sem nunca perguntar, ”em defesa de quê?”.

É claro que muites sobreviventes que antecipam a defensividade e o aparato repressivo por ela ativado fizeram bom uso de tais estratégias no curto prazo para iniciar o diálogo, ou então para fazer exigências relativas à segurança imediata sem o objetivo de transformar um perpetrador. Não temos interesse em questionar as escolhas que sobreviventes fazem ou desencorajar a disseminação de estratégias potencialmente úteis (porque, é claro, o quão útil qualquer abordagem pode ser só pode ser decidido pelas próprias sobreviventes). Nossa preocupação é quando a acomodação da defensividade ou

as estratégias por ela implícitas se tornam uma ferramenta de falsos apoiadores para limitar as escolhas possíveis disponíveis para sobreviventes, ou para criticar as escolhas que eles desaprovam depois que ume sobrevivente as fez. As discussões sobre como denunciar um perpetrador raramente se concentram nas necessidades de sobreviventes. "Evitar a atitude defensiva" fornece a pretensão de mudar a discussão de volta para as necessidades do perpetrador. Uma vez que o perpetrador é denunciado, uma estrutura semelhante é usada para minar o apoio a um sobrevivente. Os falsos apoiadores nos asseguram incessantemente que não estão zangados porque um perpetrador foi denunciado, é apenas a maneira como foram denunciados. O fato de ume sobrevivente falar abertamente sobre suas experiências é aparentemente considerado mais violento e controverso do que a violência dessas próprias experiências, que causam muito pouca discussão em comparação. Não parece ocorrer aos falsos defensores que a reação pública de ume sobrevivente é reflexo de suas necessidades, e eles permanecem muito preocupados em preservar uma falsa paz social. Mais uma vez vemos tendências liberais levantando a cabeça, como a insistência dos falsos apoiadores em denunciar a resistência de sobreviventes, em alegar também desprezar a Cultura do Estupro e, ao mesmo tempo, diminuir qualquer luta contra ela, é uma reminiscência de liberais que afirmam concordar com as queixas dos manifestantes e, no entanto, condenam quaisquer ações que possam tomar para resolvê-las. O liberal reclama que a intensidade e a ferocidade sabota a luta, mas é claro que o anarquista sabe que o verdadeiro problema é que não fomos longe o suficiente.

Como mencionado anteriormente, tudo isso faz parte de um padrão maior para manter a dinâmica de poder da qual a cultura do estupro depende. Existem inúmeros outros exemplos. O próprio processo de responsabilização pode ser uma faca de dois gumes. As comunidades radicais muitas vezes separam o processo de responsabilização de seu lugar dentro da estrutura mais ampla da Justiça Restaurativa, oferecendo-o como a única resposta à violência íntima e, ao mesmo tempo, evitando qualquer outra tentativa de prevenir a violência antes que ela aconteça. Esse falso apoio coloca as necessidades de sobreviventes em segundo plano em relação à questão de como lidar com um perpetrador, mais uma vez priorizando as necessidades do perpetrador e mantendo o padrão de dominação. O pouco apoio oferecido a sobreviventes geralmente replica essa mesma dinâmica. Um dos modelos de suporte mais utilizados, o de fazer exigências ao perpetrador, mais uma vez deixa todo o arbítrio nas mãos do perpetrador, especialmente quando não há plano de contingência caso o perpetrador recuse. Sobreviventes que se tornam emocionalmente investidos em tais modelos como um caminho para a cura muitas vezes ficam arrasados quando as demandas não rendem nada, ou pior, quando incitam uma nova barragem do perpetrador e das forças repressivas. No meio anarquista, onde é amplamente reconhecido que as demandas são quase inúteis quando não acompanhadas da ameaça de força, é bastante revelador que tais modelos prevaleçam.

Além de seu papel no contexto mais amplo, o funcionamento interno do próprio processo de responsabilização tem o potencial de ser sequestrado e usado contra sobreviventes. O conceito de Autonomia de Sobrevivente, que antes formava o fundamento teórico do processo de responsabilização, é frequentemente descartado, transformando o processo em uma forma ineficaz de resolução liberal de conflitos. Sem uma análise clara da dinâmica do poder no trabalho, é claro que o poder padrão do perpetrador é mantido. O objetivo ainda é a reabilitação do perpetrador e, provavelmente, sua participação contínua na comunidade, mas os falsos apoiadores que sequestraram o processo de responsabilização agora podem fazê-lo às custas de sobreviventes, definindo egoisticamente a "reabilitação" do perpetrador de qualquer maneira que seja conveniente para eles. Nos casos mais extremos, os processos de responsabilização são iniciados contra a vontade explícita de sobreviventes, como uma tentativa de legitimar o perpetrador aos olhos dos outros. A pretensão de torná-lo uma "questão comunitária" permite que os falsos apoiadores não apenas tirem o controle das mãos de sobreviventes, mas também retratem os sobreviventes que se recusam a cooperar com seu próprio enfraquecimento como uma barreira à responsabilidade. A farsa vergonhosamente comum de falsos apoiadores informando a um sobrevivente que, na verdade, seu perpetrador "trabalhou em suas merdas" decorre dessa ou de uma dinâmica semelhante.

Em casos menos extremos, a participação de sobreviventes será permitida, mas apenas enquanto estiver dentro dos parâmetros estabelecidos por seus falsos apoiadores. Represálias contra um perpetrador, físicas ou não, estão completamente fora dos limites. Mesmo questões de segurança imediata, como dividir espaço com um perpetrador, estão sujeitas ao critério de falsos apoiadores. Mais uma vez, vemos uma linguagem radical voltada contra sobreviventes, pois suas demandas por espaço dentro

de sua comunidade são distorcidas e comparadas ao sistema prisional (por não fazer da reabilitação o único objetivo, ou ”punir” um perpetrador) ou abertamente referido como um tentativa de ”banir” o perpetrador. É claro que a falta de sinceridade dessas preocupações é revelada quando elas servem de pretexto para banir sobreviventes ao invés do perpetrador.

O papel do perpetrador neste processo de responsabilização sequestrado também reproduz seu poder. Em alguns casos, eles podem fazer exigências a sobreviventes ou estabelecer critérios para sua própria participação. Os perpetradores, ou seus defensores, muito comumente, ao receberem chamadas respondem com suas próprias ”chamadas” defensivas. Conforme discutido anteriormente, eles acusarão sobreviventes de qualquer irregularidade em que possam pensar, ou então inventarão alguns quando os crimes reais não existem. Em vez de reconhecer essas tentativas patéticas de calúnia como as transgressões manipuladoras que são, os falsos apoiadores geralmente se juntam ao perpetrador em pedidos absurdos de ”responsabilidade” de sobreviventes. A partir desta nova posição de honra, e com a cumplicidade dos falsos apoiadores, o perpetrador é livre para alterar o próprio caráter do processo de responsabilização. O que começou como uma chamada torna-se mais uma negociação, pois a cooperação do perpetrador torna-se dependente de sobreviventes abordarem suas preocupações. Talvez algumas dessas preocupações possam até ser válidas, mas é claro que o importante não é sua validade, mas seu papel em minar a luta de sobreviventes. A pessoa sobrevivente deve agora “fazer por merecer” não apenas a responsabilidade que receberia do perpetrador, mas também o apoio que recebe da comunidade. Sobreviventes que não quiserem ou não conseguirem passar por todos os obstáculos serão eliminados. Em uma perversão final do processo de responsabilização, a sobrevivente será a única culpada por seu fracasso, a pessoa que não estava disposta a ”resolver as coisas”. A essa altura, a chamada ”Justiça Restaurativa” foi tão distorcida que faz bem apenas para “restaurar” a dinâmica de poder de uma Cultura de Estupro, que estaria comprometida pela luta de sobreviventes.

MAÇÃS RUINS

Especialmente em comunidades radicais, defensores nem sempre apoiarão um perpetrador. Em certos casos, a contradição de fazê-lo seria tão flagrante que até mesmo sua imagem como ”anarquistas” não sobreviveria. Mais uma vez, a ideologia liberal vem em socorro. Assim como os defensores da brutalidade policial insistem que ela vem apenas de ”algumas maçãs podres” como um apelo para evitar qualquer análise estrutural da polícia ou de seu papel na sociedade, o defensor do estupro tentará transformar o perpetrador em bode expiatório, sacrificando-o para o altar da Cultura do Estupro. Eles podem se referir a seu desgosto com um perpetrador, ou se gabar de não falar mais com eles, como se essas coisas fossem uma prova do quanto eles “apoiam”. Obviamente, desaprovar as ações do perpetrador não significa um apoio automático a sobreviventes. Em alguns casos, difamar o perpetrador irá contradizer os desejos de sobreviventes, enquanto em outros perpetrador e sobrevivente podem ser condenades ao ostracismo simultaneamente, pois o aparato repressivo mantém os padrões de dominação na ausência do perpetrador. O mero ostracismo dos perpetradores como a única resposta foi fortemente criticado em outros lugares, mas gostaríamos de enfatizar que tal abordagem serve para proteger a Cultura do Estupro, evitando confrontos diretos com ela. Ao fazer isso, defensores podem exteriorizar os aspectos negativos da Cultura do Estupro como algo separado deles mesmos. Ao projetar tudo em um único perpetrador (ou talvez todos os perpetradores), o defensor pode desviar qualquer análise das relações sociais que produzem perpetradores, especialmente seu próprio papel. Ao destacar algumas maçãs ruins, eles desviam a atenção do fato de que todo o galho está podre.

É claro que isso também evita toda a questão do apoio a sobreviventes e busca uma solução (por exemplo, livrar-se do perpetrador) que não atenda às necessidades de sobreviventes. Isso revela a verdadeira prioridade da Cultura do Estupro, pois colocar alguns perpetradores como bodes expiatórios ainda deixará intactas as estruturas sociais opressivas enquanto sobreviventes que são capazes de lutar com sucesso contra essas estruturas ameaçam seus alicerces. A Cultura do Estupro valoriza o perpetrador tanto quanto qualquer exército imperialista valoriza seus soldados de infantaria. Ele os sacrificará alegremente se necessário, porque é claro que é a subjugação dos sobreviventes, seu perpétuo estado de vitimização, que deve ser mantido a todo custo. Assim como no Império, é somente por meio dessa subjugação que a Cultura do Estupro pode se reproduzir.

GUERRA À CULTURA

O funcionamento e a reprodução da cultura do estupro são muito complexos para serem totalmente explicados ou documentados. As generalizações e caricaturas grosseiras que apresentamos aqui são simples demais para recriar fielmente a dinâmica que vivenciamos em nossa vida diária. Embora tenhamos tentado categorizar e definir por uma questão de clareza, para atribuir forma a estruturas opressivas com a esperança de torná-las reconhecíveis, na realidade a maioria dos indivíduos oscila entre os papéis. Mesmo aqueles que às vezes saem dos limites sociais para fornecer apoio genuíno podem, em outros casos, servir como as tropas de choque mais brutais da Cultura do Estupro. Mesmo sobreviventes podem assumir papéis repressivos uns com os outres, seduzides pela perspectiva de ser um degrau mais alto na hierarquia social, em vez de oferecer solidariedade a seus pares. Os papéis das pessoas não são estáticos e os sistemas de opressão não estão congelados. A interação entre as forças silenciadoras, repressivas e recuperativas da Cultura do Estupro não é conspiratória. Esses elementos às vezes separados, mas sempre colaborativos, não se encontram para traçar estratégias ou dividir as tarefas. Mas é claro que a colaboração não depende tanto de associações reais, e mais de um interesse compartilhado. Aqueles com interesses compartilhados chegarão a conclusões semelhantes ou então trabalharão para objetivos semelhantes sem nunca ter que interagir. Através desta Cultura do Estupro é revelado não apenas um conceito vago, mas as condições materiais concretas que levam as pessoas a concluir, conscientemente ou não, que seu interesse reside em silenciar sobreviventes, em ser cúmplice da sua contínua subjugação, ou em se opor ativamente à luta de sobreviventes.

A queixa de que as pessoas "só fazem o mais fácil" articula parcialmente esse problema, mas também o atribui apenas a momentos de fraqueza moral entre os indivíduos. Isso evita a pergunta mais óbvia; por que nossas comunidades radicais ainda estão estruturadas de tal forma que apoiar sobreviventes não é "a coisa mais fácil"? O que torna isso difícil? Uma visão mais materialista de nossas respostas à violência interpessoal, que olha não para a política ou senso de decência de alguém, mas sim para as condições materiais, como seu convívio social (por exemplo, com quem são próximos, com quem vivem, com quem se organizam, quais são suas redes de apoio, do que eles dependem e como essas coisas poderiam ser afetadas pelo apoio genuíno a sobreviventes?), pode nos oferecer maior clareza sobre como nossos próprios interesses são controlados e moldados pela Cultura do Estupro.

Talvez o agravante mais significativo dessas condições seja o poder. Tanto o poder que ume sobrevivente detém na comunidade quanto o poder correspondente de um perpetrador são fundamentais para moldar a resposta dessa comunidade. Quando um perpetrador detém muito pouco poder em comparação com ume sobrevivente, ou quando o perpetrador nem faz parte da comunidade, uma demonstração simbólica de apoio custa pouco e ajuda a manter o verniz benevolente da Cultura do Estupro. Claro, isso raramente é o caso. Tem sido comumente defendido que o apoio a sobreviventes não deve ser impedido pela posição de poder do perpetrador na comunidade, mas a própria posição de poder recebe pouco escrutínio, assim como qualquer possível correlação entre essa posição de poder e a violência interpessoal (que é em si uma expressão brutal de poder). Deixar de estabelecer essa ligação é como perguntar o que veio primeiro, a galinha ou o ovo, e depois insistir que a galinha e o ovo não têm nada a ver um com o outro. Esse ponto cego é especialmente curioso entre anarquistas, que afirmam se opor a todas as formas de poder hierárquico.

Conclui-se que uma análise genuína do funcionamento da cultura do estupro também deve incluir uma análise das relações de poder que governam nossas vidas. Isso implica não apenas as hierarquias, formais ou não, que persistem mesmo em espaços anarquistas, mas também os sistemas mais amplos de poder que os informam, como o Patriarcado, a Supremacia Branca, o Colonialismo, o Capacitismo e assim por diante. Devemos reconhecer o lugar de direito da Cultura do Estupro dentro da sociedade capitalista. Com isso podemos reconhecer a Cultura do Estupro como um mecanismo de controle social, pois reforça esses sistemas de poder e dominação que por sua vez também a reproduzem. Torna-se então

necessário minar as divisões hierárquicas que servem tanto para facilitar a própria violência interpessoal quanto para moldar os interesses daqueles em posição de responder a ela. Muites anarquistas rejeitam corretamente o olhar para o umbigo da política de identidade, mas uma análise precisa dos sistemas de poder, as maneiras pelas quais esses sistemas oferecem privilégio a alguns de nós, mas opressão a outres, e das maneiras pelas quais nossas experiências com esses sistemas de poder influenciam as formas como lutamos contra eles, é crucial para uma resistência genuína. Para atacar com sucesso uma Cultura do Estupro, devemos atacar as raízes desse Poder.

A IMAGEM DA COMUNIDADE

Muitos ativistas antiviolência partem da precária presunção de comunidade; que ume sobrevivente tem uma base social à qual pode recorrer em busca de apoio, ou então uma rede de apoio que escapa da influência do Poder que acabamos de discutir. Aqui a comunidade é definida de forma um tanto nebulosa ou nada definida. Sua comunidade é um espaço geográfico, como o bairro onde você mora? É uma identidade ou experiência compartilhada, como ser gay ou negro? São as pessoas com quem você passa o tempo, como sua família, colegas de trabalho ou amizades? Uma comunidade pode ser uma combinação de todas essas coisas, mas nenhuma dessas coisas aponta para uma posição inerente de apoio.

O que é frequentemente referido como ”a comunidade anarquista” talvez seja descrito com mais precisão como uma subcultura jovem. Sua natureza transitória e temporal a torna mal equipada para o projeto de longo prazo de cura do trauma. Além disso, tanto a dependência quanto o reforço da Cultura do Estupro por outros sistemas de poder representam um desafio particular para as comunidades anarquistas predominantemente brancas, de classe média e muitas vezes dominadas por homens da América do Norte. Não é incomum que essas comunidades sejam tão comprometidas por suas próprias posições de privilégio que acabam sendo subservientes demais a vários sistemas de poder para arriscar qualquer ataque significativo contra eles. Em tais casos, a ”comunidade” anarquista se revela não como um espaço radical a partir do qual atacar, mas como um corpo reacionário destinado a esmagar esses ataques. É “anarquista” e uma “comunidade” apenas na imagem.

Muites anarquistas nem percebem a importância e as interconexões entre a construção da comunidade e o ataque aos sistemas de opressão, e aqueles de nós que percebemos raramente fazemos uso dessa percepção além de nossa retórica. E, talvez mais importante, muitas vezes cometemos o erro de presumir que os alvos de nosso ”ataque” estão apenas fora de nós. Aqui, o ataque não é entendido como uma abordagem quase militarista que se baseia apenas na destruição de propriedades e em batalhas físicas, uma posição defendida por muitos anarquistas. Em vez disso, o ataque é o processo pelo qual reconhecemos as forças que nos oprimem e procuramos destruí-las. A questão da violência, do que será necessário para destruir os sistemas de poder, está em grande parte fora de nossas mãos. O capitalismo, com seus exércitos permanentes e miríades de prisões, deixou sua posição sobre o assunto perfeitamente clara. Aqueles camaradas entre nós que inevitavelmente carregam a bagagem da supremacia branca, do patriarcado e colonialismo, aqueles que se encontram na posição de defensores, podem exercer uma ampla gama de escolhas. Eles podem escolher se juntar a nós. Eles podem escolher, como nós, atacar aqueles aspectos de si mesmos que recriam o velho mundo e reforçar o ataque contra aqueles que escolhem o contrário. Deve ser essa escolha que define ume anarquista, que nos separa de nossos inimigos e nos guia até nosses camaradas. É a partir dessa escolha que toda luta genuína se torna possível.

Notas:

1. NT: usar o gênero neutro é uma tarefa um pouco mais fácil em inglês, língua da qual esse texto foi traduzido. Aqui, a escolha foi por usar pronomes neutros/femininos no geral, e tratar perpetradores e outros capangas da Cultura do Estupro sempre no masculino.

Biblioteca Anarquista

TRAIÇÃO
Uma análise crítica da Cultura do Estupro em subculturas anarquistas
2013

https://www.sproutdistro.com/catalog/zines/accountability-consent/betrayal/
Título original: *Betrayal: A Critical Analysis of Rape Culture in Anarchist Subcultures.* Zine em inglês disponível na web.

bibliotecaanarquista.org